

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.757 - BA (2019/0297652-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : GEOVANE SIMÕES DE JESUS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por GEOVANE SIMÕES DE JESUS, em face de acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia, assim ementado (fls. 178-179):

PENAL E PROCESSO PENAL. PACIENTE FLAGRANTEADO EM 18.11.2018. HABEAS CORPUS PRISÃO FLAGRANCIAL CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRONUNCIADO COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 121, § 2º, INCISO I C/C O ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL.

PRETENSÕES DA IMPETRAÇÃO:

I) AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO DECRETO PREVENTIVO, BEM COMO DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DESTE. . PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA INACOLHIMENTO SUPERVENIENTEMENTE NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. FUNDAMENTOS DO NOVO TÍTULO PRISIONAL QUE SE MOSTRAM PRATICAMENTE OS MESMOS DA DECISÃO VERGASTADA. ANÁLISE DA CUSTÓDIA CAUTELAR QUE SE IMPÕE. PRECEDENTES DO STF. EVIDENCIADOS O FUMUS COMISSI DELICT E O PERICULUM LIBERTATIS. PERICULOSIDADE DO PACIENTE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI. REGISTRADO O FATO DE QUE O SUPOSTO CRIME DECORREU POR SENTIMENTO DE VINGANÇA, INDO O PACIENTE AO ENCONTRO DA VÍTIMA E DESFERIDO GOLPES DE FACA CONTRA A MESMA. VISLUMBRADA, AO MENOS, A NECESSIDADE EM GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES DO STJ. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO QUE SE IMPÕE.

II) POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS ALTERNATIVAS PREVISTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DESCABIDA. PERSISTINDO OS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR, IRRELEVANTES SÃO AS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE, AINDA QUE ESTIVESSEM DEMONSTRADAS. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS INSERTAS NOS ARTIGOS 312 E 321, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso em flagrante em 18/11/2018 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 21/11/2018, restando denunciado em

Superior Tribunal de Justiça

29/11/2018, como incurso no art. 121, § 2º, I, do Código Penal.

Em prévio *writ*, o Colegiado do Tribunal de origem denegou a revogação da prisão preventiva.

No presente recurso, alega o recorrente, em síntese, ausência de fundamentação idônea para manutenção da constrição cautelar.

Requer, por isso, em sede liminar e no mérito a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a decretação de medidas cautelares alternativas.

Consta dos autos que o Juízo primevo, em 11/9/2019, decidiu pelo relaxamento da prisão do recorrente, com aplicação de medidas cautelares alternativas. (fls. 432-433)

Dessarte, não há como negar a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator